



Anais da Assembléia

N.º 65

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 1982

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 57.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1982

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Valter Pietrângelo.

Às 9:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o número GM/SA/0706, do Sr. EUCLIDES PEREIRA DE MENDONÇA, Chefe do Gabinete e Secretário do CDDPH do Ministério da Justiça, encaminhando em anexo fotocópia do Ofício GM/SA/1372/81, que versa sobre a proposição do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Criação de Conselhos Regionais da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB. — Ciente. Arquite-se.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 76/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede em Nova Cantu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1982.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Os documentos que anexamos a esse projeto, comprovam o atendimento de todas as exigências da Lei 6994, de 10 de

janeiro de 1978, para a declaração de utilidade pública.

Assim, contamos com a unânime aprovação do projeto, em vista dos méritos da Associação e do amparo legal.

PROJETO DE LEI N.º 77/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO TURFE DO PARANÁ, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1982.

(a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

A entidade em apreço está perfeitamente adequada aos preceitos da Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública. Os documentos em anexo, demonstram-no.

PROJETO DE LEI N.º 78/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Ficam incluídas no currículo das Escolas Estaduais de 2.º Grau, as seguintes disciplinas:

1) Sociologia; 2) Psicologia; 3) Filosofia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH

Apoio: NESTOR BAPTISTA, LINEU TURRA, TRAJANO BASTOS e DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

Segundo o que preceitua a Lei 5692, de 11/08/71, o ensino de Primeiro e Segundo Graus tem por objetivo geral, proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

O artigo quarto da citada legislação, dispõe que os currículos de ensino de Primeiro e Segundo Graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, as peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e as diferenças individuais dos alunos.

O ensino de Segundo Grau oferece ao educando as seguintes opções:

- 1) o Curso Profissionalizante, desenvolvido em várias modalidades de acordo com a demanda e a estrutura da escola;
- 2) o Curso de Formação Profissionalizante Básica, que vem sendo administrado em três modalidades: setor primário, secundário e terciário.

A presente proposição, visa incluir no currículo escolar das escolas Estaduais de Segundo Grau, as disciplinas Sociologia, Psicologia e Filosofia.

No nosso entender, a inclusão das aludidas disciplinas, no currículo das escolas da rede estadual, é uma medida salutar que ensinará o enriquecimento do acervo cultural do educando, alargando seus horizontes e proporcionando-lhe uma visão mais abrangente da realidade social que o cerca.

A implantação dessa medida pelas escolas estaduais de Segundo Grau favorecerá, certamente, a formação integral do educando, fornecendo-lhe valiosos subsídios culturais que, certamente, serão o alicerce do seu aperfeiçoamento futuro, ao transpor os umbrais da Universidade.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno e Grande Fone-dientes.

Consulto à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença na tribuna, no dia de hoje, no Horário da Liderança do PMDB, é para relembrar as manifestações das Oposições desta Casa, e especialmente do PMDB, por ocasião da investidura do Dr. Hosken de Novaes no Governo do Estado, pela esperança que nos alimentava de que, Sua Excelência, face à sua formação de homem íntegro, iria imprimir ao seu governo diretrizes retilíneas e não permitir que a sua administração fosse conspurcada pelos ímprobos.

Pessoalmente, o Sr. Governador, Dr. Hosken de Novaes, nada ainda fez por desmerecer a nossa confiança, cumprindo até trazer a lembrança desta Casa a nossa posição, quando desobstruímos o processo de votação da Mensagem Governamental que objetivava a autorização para o Poder Executivo contrair empréstimos sem maiores exigências da Bancada do PMDB.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há resíduos de uma estrutura anterior na administração pública do Estado, seja direta ou indireta, que com raras e honrosas exceções está a merecer do Sr. Governador do Estado, uma pronta e eficaz providência para conter a perniciosa ingerência nos negócios públicos, sob pena de ser comprometida a honra do seu Governo.

Refiro-me, Sr. Presidente, àqueles que deixaram os seus cargos para pleitear mandatos eletivos, mas lá ficaram com os seus vínculos e com isso estão a usar, indevidamente, os bens do Estado em proveito de suas campanhas eleitorais.

Entre os órgãos públicos que estão afetados por essas mazelas, urge que o Sr. Governador esteja alertado para o tráfico de influências que às escâncaras, vêm sendo praticado junto às instituições financeiras como o BANESTADO e o BADEP com operações de favor, com barganhas político-eleitorais, e o que é pior, sem qualquer cuidado sobre o risco para essas instituições.

Sobre o que vem ocorrendo no BANESTADO, já tive oportunidade de denunciar aqui e o faço novamente para conhecimento do Sr. Governador, que o Sr. Jucundino Furtado, seu Presidente, o está fazendo de Comitê político eleitoral. Tanto é que existem agências no interior que, por determinação sua, segundo me informou um gerente de agência bancária, os gerentes estão obrigados a fixar em suas portas e janelas, propagandas de candidatos do PDS e, especialmente, ao Senado.

E agora os jornais anunciam que o Sr. Jucundino Furtado por certo ignorando que o Banco do Estado é uma instituição do povo e não pertence a partido político, anda com candidatos do PDS a tiracolo, como ainda recentemente esteve inaugurando uma agência no interior do Estado.

Portanto, Sr. Presidente, denunciando esses fatos, estamos trabalhando pelo Paraná e pelo seu povo. A missão da Oposição, é fiscalizar os atos do Governo.

Temos contribuído, é verdade, para o bom desempenho da administração pública também, mas, como fiscalizar é a função precípua, temos feito com correção e a Oposição fiscalizando, cumpre o seu papel, e isso é histórico.

Segue-se daí que a pergunta do candidato do PDS ao Governo do Estado, sobre o que tem feito a Oposição pelo Paraná, entendemos que ele deveria fazê-la à sua própria consciência, para saber o que ele tem feito pelo Paraná. E não temos dúvida que a sua consciência dirá que nada, ou senão, responderá que de renovador, dinâmico e humano, só se sabe da sua polpuda e precoce aposentadoria, que deverá servir como símbolo desta trilogia.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Consulto à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS.

Com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente o nobre Deputado Lineu Turra fazendo um apelo patético ao Governador do Estado, no sentido que ele exigisse maior fiscalização nas instituições financeiras onde o Estado mantém controle pela maioria de ações que possui, entre elas o BADEP e o BANESTADO, e afirmando que essas instituições têm feito operações de favor, visando favorecer o Partido que dá apoio ao Governo nesta Casa, o PDS.

É uma acusação um tanto vaga, que não mereceria resposta, mas para que não transite em julgado, para que não fique valendo apenas as acusações feitas pelo nobre Deputado Lineu Turra é que eu venho à tribuna, para pedir a Sua Excelência que traga um caso concreto de uma operação que favoreceu um político do PDS e que não foi feito dentro dos moldes e dos parâmetros exigidos pelo Banco Central, que é quem tem a incumbência de fiscalizar todas as operações bancárias.

De posse de um caso concreto de uma acusação, eu irei ao Presidente do BANESTADO, para cobrar dele referida operação.

Agora, uma acusação generalizada, um apelo ao Governo do Estado para que determine ao estabelecimento bancário onde o Estado tem a maioria, às instituições financeiras onde o Estado detém a maioria do capital, é, eu não direi inócuo este apelo, porque parte da figura respeitável do Deputado Lineu Turra, que é um homem que realmente tem honrado o seu mandato nesta Casa.

É um colega que, além de ser muito gentil no trato com os Deputados, inclusive da Oposição, ele traz a esta Casa matérias que realmente têm cunho de seriedade. Por isso, eu não diria inócuo este apelo.

Mas, lança uma acusação no ar que não podemos aceitar.

Gostaríamos que efetivamente Sua Excelência aqui viesse e apontasse. Foi feita uma operação bancária em favor do Deputado Erondy Silvério, que contrariou dispositivos estabelecidos pelo Banco Central para operações dessa natureza. Foi feita outra operação bancária para o Deputado Antônio Facci, que contraria da mesma forma, dispositivos emanados pelo Banco Central. Foi feita uma operação bancária em favor do Sr. Saul Raiz, que realmente contraria normas e instruções do Banco Central.

Daí sim. Agora, vir com acusação subjetiva?

O Sr. Lineu Turra — Permita-me só um esclarecimento, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu darei com todo o prazer a Vossa Excelência.

O Sr. Lineu Turra — Agradeço as referências que Vossa Excelência fez.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Justiça não precisa agradecer, apenas estou fazendo justiça. Justiça ao comportamento de Vossa Excelência, e justiça não se agradece.

O Sr. Lineu Turra — Agradeço a gentileza de Vossa Excelência. Mas eu generalizei, Deputado Erondy Silvério, eu tenho conhecimento de transações que não são corretas, que estão se iniciando.

Não quero objetivar por enquanto, as acusações, apenas estou alertando o Sr. Governador para que exerça uma maior vigilância e que não deixe acontecer fatos que estão a caminho, e que sei que vão comprometer a sua administração.

Foi este o motivo que não objetei...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência, como bom advogado, está requerendo um "habeas corpus" preventivo?

O Sr. Lineu Turra — Poderia ser, exatamente em favor da dignidade da administração pública do Sr. Hosken de Novaes, porque paira, sem dúvida, e já tenho inclusive sido comunicado, de situações que entendo devem ser corrigidas na administração pública...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Quando elas vierem a público, daí Vossa Excelência fará isso.

O Sr. Lineu Turra — Mas não posso deixar, como Deputado, que isso aconteça.

Vossa Excelência tem inclusive... houve uma operação aqui que estava a caminho e que foi denunciada pela Casa, se não me falha a memória foi da Volvo, e que nós antecipamos a denúncia e que foi...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Exatamente, é isto que estou pedindo a Vossa Excelência. O caso concreto, para que possa ser examinado.

O Sr. Lineu Turra — Porque são tantos os fatos, que eu não poderia trazer todos...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas traga tantos quantos estejam acontecendo.

O Sr. Lineu Turra — Mas a incumbência do Sr. Governador é determinar regras rígidas, mais rígidas pelo menos, na administração pública, tanto quanto possível, para que a administração não vá deslanchando para uma situação de caos.

É este o alerta que trago numa cooperação até com o Governo do Estado. Estou trazendo a minha cooperação, alertando o Sr. Governador Hosken de Novaes, que, na sua boa fé, pode estar se deixando levar até por aqueles que já estão viciados nos descaminhos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência, em nome do Governo, a quem tenho a honra de liderar nesta Casa, mas quero dizer que o Governador Hosken de Novaes é um homem que não se deixa levar por ninguém. É um homem vivo, com muita experiência, é um homem que realmente tem o espírito atilado para a administração pública.

Em todo o caso, ficaremos no aguardo de denúncias concretas.

O segundo assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e os jornalistas chamam isso de pingente, porque classificam de pingente da notícia aqueles que se valem de um furo jornalístico, ou se valem de um fato que já é conhecido, que vai acontecer, para dele tirarem alguma vantagem. Foi o que fez anteontem o nobre Deputado José Tavares, nesta Casa. Foi pingente de uma medida que foi da lavra, da iniciativa do Sr. Secretário da Segurança: a extensão da gratificação a todos os Delegados de carreira não foi trabalho do Deputado José Tavares.

Não foi também uma percepção política do Governador.

Acontece que o Sr. Deputado José Tavares queria consa-

gar em lei uma gratificação que deve ser concedida ou não concedida todas as vezes que o interesse da administração pública assim o indicar. Ele desejava consagrar em lei uma gratificação a nosso ver, que deve ser dada, ou não dada, deve ser temporária, mas jamais permanente, consagrada em lei.

Por isto, a Bancada do PDS rejeitou a emenda e fez um apelo ao Sr. Secretário de Segurança, para que o Sr. Secretário reexaminasse a questão e depois encaminhasse proposta ao Governo do Estado para revogação daquele decreto discriminatório e a elaboração e assinatura de outro decreto que estendesse a todos.

Foi um trabalho do nobre Deputado José Domingos. Foi o Deputado José Domingos, quem fez este apelo ao Sr. Secretário de Segurança. Muito bem.

Naturalmente, o bom relacionamento que o Deputado José Tavares tem com o Delegado Presidente da Associação dos Delegados do Paraná e candidato pelo mesmo partido do nobre Deputado José Tavares, ele soube naturalmente que o decreto estava pronto. Soube também da proposta do Secretário de Segurança, autorizando a contratação de 160 ou 180 agentes de segurança.

Ele correu aqui e fez este apelo. Está na dele. Claro, achamos que ele, como político, tem que aproveitar a oportunidade.

Agora, que não venha ser pingente em cima de nossa Bancada. Absolutamente. A rejeição da emenda o fizemos conscientemente, porque achamos que estas gratificações devem ter caráter transitório, no próprio interesse da administração, que deve concedê-las ou não, retirá-las ou não, conforme os interesses da administração.

E o Sr. Secretário de Segurança atendeu o apelo do nobre Deputado José Domingos, da Bancada do PDS, e propôs ao Governo do Estado a extensão da gratificação a todos os Delegados de Carreira. Esta é a verdade. Única e exclusiva verdade dos acontecimentos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está finda a leitura do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, devidamente apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei 57/82. — **Retirado pelo autor**.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

4.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que revoga o Art. 7.º da Lei 6819, de 19 de julho de 1976. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. COM EMENDA DE PLENÁRIO. — Em votação a Emenda de Plenário.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela Ordem) Apenas para ser informado. Parece existir sobre a mesa um requerimento que dá Preferência de Votação ao Projeto de Lei 57/82, a menos que tenha sido retirado.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa informa a Vossa Excelência que foi retirado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço e solicito para encaminhar à votação este Projeto de Lei 143/82.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Por entendermos ser a emenda de Plenário inconstitucional e sobre ela não existir parecer da Comissão de Constituição e Justiça, e em segundo lugar, por entendermos que esta emenda está inserida num projeto de lei que nada tem a ver com a matéria, a Bancada do PMDB votará contrariamente à emenda, já que votou favoravelmente ao projeto.

Entendemos ser inconstitucional por dispensar inclusive concurso público para a efetivação de funcionários, além de que, trata-se de matéria que envolve discussão, normatização de quadro de funcionários. Portanto, de iniciativa exclusiva do Poder Executivo. Esta a razão pela qual a posição do PMDB é contrária à emenda.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está em votação a Emenda. — Aprovada.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela Ordem) Sr. Presidente, apenas para que conste da Ata que a Oposição votou contra, que Vossa Excelência deu como aprovada, sem a ressalva de ter sido por maioria.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que não poderá distinguir uma vez que a chamada não foi nominal.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19/82, de autoria do Poder Executivo, (Mens. n.º 30/82), que doa ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — IPE, parte das terras que especifica, situada na cidade de Maringá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/82, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. n.º 58/82), que assegura ao funcionalismo Estadual o direito a contar, para efeito de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória, o tempo referente a serviços prestados em atividades regidas pela Lei Federal n.º 3807, de 26/08/60 — Lei Orgânica da Previdência Social, Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., com Emendas, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA com Emenda de Plenário (Anexo Projeto de Lei n.º 88/81, de autoria do Deputado Lineu Turra, sobre a mesma matéria).

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. FUAD NACLI — (Pela Ordem) Solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda número 01. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda número 02 — **Aprovada.**

Em votação a Emenda número 03 — **Aprovada.**

Em votação a Emenda número 04 — **Aprovada.**

Em votação a Emenda número 05 de Plenário. —

Aprovada.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 174/81, de autoria do Deputado NELTON FRIEDRICH, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Toledo, o imóvel de propriedade do Estado, contendo um prédio de alvenaria, conforme especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade.

O SR. FUAD NACLI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicite a verificação de "quorum" através de chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Vossa Excelência está pedindo chamada nominal?

O SR. FUAD NACLI — Nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, parece-me que é intempestiva a solicitação do Deputado Fuad Nacli, porque Vossa Excelência estava começando a ler o projeto para colocá-lo em discussão.

Portanto, Vossa Excelência ainda não colocou nem em votação.

O SR. PRESIDENTE — Exatamente. Ele requereu a chamada nominal e é o que vamos proceder.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Mas a chamada nominal deveria ser solicitada no momento em que Vossa Excelência colocasse em votação.

O SR. PRESIDENTE — Informo ao nobre Deputado que a chamada nominal pode ser solicitada em qualquer momento.

O SR. FUAD NACLI — Em qualquer momento, Sr. Deputado, poderá ser feita a chamada nominal.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Eu aguardo Vossa Excelência para fazer o encaminhamento da votação.

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados). Responderam à chamada, 18 Srs. Deputados.

Não há "quorum" para votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, às 9:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 174/81, 05, 07, 11, 20 e 44/82.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 133, 137/81, 06, 33, 42 e 60/82 e dos Projetos de Resolução n.ºs 03, 06, 10 e 37/82.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/82.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 124/81.

Levanta-se a sessão.